



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

O CUIDADO PATERNO NA UNIDADE FEMININA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Tania Mara Trindade Gonçalves¹

Resumo: O presente trabalho versa sobre estudo construído a partir da prática profissional exercida no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), demandando questionamentos e indagações a respeito da importância da instituição família e do cuidado paterno no atendimento socioeducativo, propiciando uma investigação científica sobre o tema. Tais fatos são evidenciados no cotidiano institucional das unidades de cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE), em que os adolescentes estão privados de liberdade e em situações que demandam algum tipo de acompanhamento familiar no processo socioeducativo, onde a referência familiar de cuidado dificilmente é a masculina. O campo da pesquisa é o Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (CENSE PACGC), única unidade que atende adolescentes do sexo feminino na modalidade: internação provisória e internação como MSE, no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: família; paternidade; socioeducação

Abstrat: The present work is about a study constructed from the professional practice in the General Department of Socioeducative Actions - DEGASE, demanding questions and inquiries regarding the importance of the Family institution and the paternal care in the socioeducative attendance, providing a scientific investigation on the subject. These facts are evidenced in the institutional daily life of the units of compliance with Socio-educational Measures - MSE, in which adolescents are deprived of their liberty and in situations that require some kind of family attendance in the socio-educational process, where the family reference for care is rarely male. The research field is the Center for Socioeducation Professor Antônio Carlos Gomes da Costa - CENSE PACGC, the only unit that serves female adolescents in the modality of provisional internment and internment as MSE, in the State of Rio de Janeiro.

No contexto da socioeducação, verifica-se que o modo de vida e o sistema familiar das adolescentes atendidas encontram-se significativamente afetados pelas dificuldades geradas pela condição socioeconômica precarizada e pelas expressões da pobreza, gerando fragilidades no cumprimento de papéis que estão referidos às famílias desempenharem, de forma a garantir os direitos básicos de todos os seus membros (Acompanhamento Familiar na Política de Assistência Social, 2011). Ressalta-se que, GUIMARÃES E ALMEIDA (2015) chamam a atenção para o fato de que as famílias que se encontram em situação de exclusão resistem à realidade a elas imposta e refletem sobre a dinâmica atual, visando garantir um espaço de possível proteção. Marcadas pela desigualdade social e econômica, as famílias vêm passando também por transformações sociais ao longo da história.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Departamento Geral de Ações Socioeducativas. E-mail: <taniatrin07@gmail.com>.

As realidades das visitas dos familiares na unidade, em sua maioria, são de mães ou outras referências femininas como tias, avós, vizinhas, dentre outras. A presença paterna é dificilmente observada nesse processo, sendo esse fato questionado pelas próprias adolescentes. Há uma naturalização quanto aos cuidados dos filhos sob a responsabilidade materna, liberando os pais dessa função e o direcionando para a responsabilidade de sustento da família (OLIVEIRA, 2012).

Para FREITAS (2012), pensar em família significa pensar de forma igualitária no papel dessa mulher junto à sociedade, principalmente quando falamos de uma população mais empobrecida, pois a mulher desempenha a função do cuidado, de proteção e de educação de seu núcleo familiar, substituindo muitas vezes as ações públicas no campo do bem-estar social.

Os estudos sobre a temática da construção da feminilidade evidenciam que o papel da mulher se constrói, historicamente, na referência de relacionamento, ligação e cuidado. Já os homens, em seu processo de socialização, são direcionados a cumprirem o papel de enfrentarem as situações de risco que possam surgir, como algo natural. O contexto histórico e social referente à estrutura familiar norteia e demarca o modo no qual a paternidade se expressa, cabendo ao homem a não participação nas situações de cuidado e uma atuação no âmbito das esferas públicas, especialmente com a responsabilidade de garantir a subsistência da família. Em seu processo educativo, não é estimulado, com brincadeiras infantis, por exemplo, para desenvolver noções de paternidade e cuidado, assim como é realizado com as meninas. Ao longo do tempo, a mulher foi conquistando a sua inserção no mundo do trabalho e, por consequência, se apresenta para o homem a necessidade de também exercer a função de cuidado nas relações familiares, implicando num aprendizado, por vezes, sofrido. Esse novo momento da paternidade pressupõe o desejo da construção de uma relação com maior proximidade com os filhos, o seu direito de pai e o seu compromisso com o exercício dessa função de cuidado (LYRA et al, 2015).

Conforme já evidenciado, o campo da pesquisa em pauta é o CENSE PACGC, tendo como população-alvo as adolescentes da unidade e suas respectivas famílias. Identificou-se a metodologia qualitativa como a melhor forma de construir o caminho do presente estudo, tendo em vista que o pesquisador, nessa abordagem, interpretou seu objeto de estudo a partir da própria perspectiva dos participantes do fenômeno estudado (TERENCE e FILHO, 2006). Portanto, privilegiou-se a pesquisa qualitativa tendo em vista que a mesma permite o aprofundamento e a compreensão do objeto de estudo, ou seja, o cuidado paterno. O que não significa que os dados quantitativos não tenham sido utilizados,

de modo a contribuir com as análises processadas, se complementando e interagindo de forma dinâmica (MINAYO, 2001).

Importante ressaltar que a partir de 1997 o registro de nascimento passou a ser gratuito com a Lei Nº 9.534, sendo iniciada em 2008 uma Campanha de Mobilização Nacional pelo Registro de Nascimento, através da Secretaria Especial de Direitos humanos. Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a maioria da população sem registro é composta de pessoas que vivem em abrigos, em situação de rua, portadores de transtorno mental, além de pessoas oriundas de outras regiões. De acordo com a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro², a definição do Sub-registro é “[...] o conjunto de nascimentos não registrados no próprio ano de nascimento ou no primeiro trimestre do ano subsequente”.

O não reconhecimento paterno no Brasil é tratado por THURLER (2005, p. 2) como um fenômeno sociológico, ético e político. O seu estudo identifica que “[...] a cada três crianças nascidas no país, a cada ano, uma fica somente com a filiação materna estabelecida em seu registro de nascimento”. Esse fenômeno vai gerar interferências, inclusive, no índice de desenvolvimento humano (IDH), além de se constituir como um dos motivos que acarreta o sub-registro de nascimento.

Nesse sentido, o levantamento documental se constitui em ferramenta imprescindível, fornecendo subsídios nas demais etapas do estudo em questão, e, ainda, identificando o reconhecimento no campo da paternidade no Registro Civil de Nascimento, considerando um indicativo inicial de reflexão referente à corresponsabilidade.

Em relação ao levantamento bibliográfico, tomamos por base os dados fornecidos pela CAPES, a partir do acervo de dissertações e teses na área socioeducativa no território nacional, sendo identificados alguns estudos de áreas afins.

Como importante componente da pesquisa qualitativa, a técnica de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados, junto ao grupo de famílias, dá margem a informações que possam surgir para além das perguntas mais dirigidas. Em relação ao grupo de adolescentes, resguardou-se o procedimento de entrevista com os mesmos, dentro da unidade (campo de pesquisa) e fora dela (após cumprimento da MSE). A entrevista se organizou a partir da história de vida e tem no relato das experiências vividas, sua principal função, como forma de melhor entender a realidade estudada.

Os procedimentos metodológicos apresentados foram considerados pertinentes aos objetivos propostos pelo estudo em pauta, permitindo identificar os principais impactos que a

²Disponível em cgj.tjrj.jus.br/projetos-especiais/sub-registro%20civil. Acesso em 19/09/2016.

ausência do cuidado paterno produz na trajetória de vida das adolescentes, seja no cumprimento da medida socioeducativa ou no processo de reinserção familiar e comunitária.

O estudo realizado permitiu compreender algumas situações vivenciadas pelas adolescentes e suas famílias. A construção histórica e social de gênero que sustenta sobre a mulher a responsabilidade do cuidado e proteção favorece o afastamento da figura paterna, antes e depois da apreensão das adolescentes por cometimento de ato infracional, podendo promover prejuízos no processo de desenvolvimento da adolescente e no cumprimento da sua medida. O reforço das responsabilidades maternas e a naturalização da dinâmica institucional e jurídica, na análise desenvolvida, acabam por vezes, corroborando com essa ausência, deixando, muitas vezes, de acionar formalmente a figura paterna nos casos em que ela seja parte do arranjo familiar.

Outro dado significativo se refere à mulher chefe de família, como público prioritário nos programas de transferência de renda da Política de Assistência Social, o que implica certo reforço na não caracterização do homem como possibilidade de referência de responsabilidade e cuidado.

Sem deixar de levar em consideração as transformações da sociedade e como consequência a organização de diversos tipos e arranjos familiares, a estratégia metodológica visou identificar de que forma as adolescentes percebem o cuidado paterno, em relação às experiências positivas e negativas que perpassam a sua história de vida, de modo a se pensar sobre a igualdade de condições de gênero no processo educativo e de proteção social dos membros da família, especialmente quando vivenciam uma realidade de privação de liberdade, pois de acordo com Rita Freitas (2013, p. 28), ouvir as mulheres é muito importante, mas envolver o homem nesse processo também é fundamental.

A condição socioeconômica, de modo geral, se constitui como um fator de interferência em relação ao objeto de estudo, na medida em que o desemprego, a ausência de recurso para locomoção (a maioria das famílias residem distante da unidade de cumprimento de medida socioeducativa ou em outros municípios), a inserção no mercado de trabalho formal ou informal, são fatores que expressam a pobreza, geram fragilidades no cumprimento de papéis que estão referidos às famílias desempenharem e restringem a disponibilidade dos pais na realização da visita e no acompanhamento da Medida Socioeducativa.

Diversos arranjos familiares foram identificados como espaços de proteção e cuidado, devendo, todos eles, serem respeitados de acordo com a literatura pertinente ao tema da família. Tanto as relações maternas, quanto as paternas, precisam se comunicar objetivando o fortalecimento da prática de cuidado, de uma forma conjunta. Sendo assim,

apresenta-se como relevante a importância dos homens assumirem de fato suas responsabilidades como pais, incluindo o reconhecimento da paternidade no registro de nascimento e, conseqüentemente, na sua função de cuidado e proteção. Esse fato propiciará que o cuidado paterno se desloque do campo judicial e passe a ser efetuado de modo espontâneo (BARBOSA, 2013).

O estudo do cuidado paterno no espaço da socioeducação, bem como, a possibilidade de propor alternativas de política pública no campo de atendimento à família, vai ao encontro “[...] a necessidade de estudos que possibilitem aprofundar as metodologias de trabalho com famílias nessa situação” (GUIMARÃES E ALMEIDA, 2015, p. 147). Nesse sentido, criar estratégias específicas de incentivo à participação da figura paterna no processo socioeducativo e organizar espaços de reflexão juntos aos mesmos, se configura como fundamental para operar mudanças na realidade das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no seu processo de reinserção.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Dagmar de Oliveira. **Masculinidade, gênero e pobreza**: o lugar dos homens e do masculino na proteção social básica de Niterói/RJ. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Política Social), UFF, Rio de Janeiro.
- FREITAS, Rita de C. S. et al. **Política Social, família e gênero** – temas em discussão. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.2, p. 111-126, jul./dez. 2012.
- GUIMARÃES, R.F. e ALMEIDA, S.C.G. Reflexões sobre o trabalho com famílias. In: **Famílias: redes, laços e políticas públicas** / VITALE, M. A. F. e A. COSTA, A. R. 6 ed. SP, Cortez: Coordenadoria de Estudos e desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC. SP, 2015.
- LYRA, Jorge et al. Homens e cuidado: uma outra família? In: **Família: redes, laços e políticas públicas**/ Maria Amalia Faller Vitale, Ana Rojas Acosta, (org). – 6.ed.- São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC-SP, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, Antônio Carlos. Abuso sexual intrafamiliar de crianças e a família como totalidade. In: **O Social em Questão** - Ano XV - nº 28 – 2012.

THURLER, Ana Liési. **Compromisso do Ensino do Direito de Família com a Promoção da Igualdade**. Por um diálogo com os jovens homens e com as jovens mulheres do Ensino Médio da rede pública brasileira, Belo Horizonte, 2005.

TERENCE, Ana Cláudia F.; FILHO, Edmundo E. **Abordagem quantitativa e qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. XXVI ENGEPE, Ceará, 2006.